

# Políticas para a melhoria da Qualidade de Ensino e a Proposta Curricular da Secretaria de Educação do estado de São Paulo - SEESP

## 2 Mudanças na civilização e suas influências sobre o trabalho e o ensino



Propostas pedagógicas são interpretadas e, como tal, implementadas de forma única nas escolas pelos protagonistas que as conduzem. Elas são discutidas, mas poderia haver um debate melhor e mais amplo.



Qualquer discussão de proposta curricular de formação de pessoas não pode prescindir de uma análise cuidadosa de algumas características do mundo contemporâneo. Esse cuidado torna-se mais urgente na atualidade, visto que as mudanças que se processam na humanidade se apresentam mais profundas e vertiginosas que as ocorridas em qualquer outro período histórico, repercutindo rapidamente no mundo do trabalho, na cultura, na vida cotidiana.

O documento Proposta Curricular da SEE-SP aponta apropriadamente a importância dessa discussão ao relacionar os “desafios contemporâneos” que se apresentam para as instituições educacionais e para a educação.

Neste tema 2, abordaremos a temática definida, focando os seguintes aspectos:

- Tópico 1: Características das mudanças na civilização;
- Tópico 2: Influências das mudanças mundiais no ensino e nas escolas;
- Tópico 3: História das propostas curriculares para a Educação Básica.

No final do estudo deste Tema, esperamos que você, supervisor, possa atender aos seguintes objetivos:

- 1º Identificar os aspectos centrais das mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea
- 2º Relacionar tais aspectos com específicas atuações de gestão pedagógico-administrativa na escola.

## TÓPICO 1 Características das mudanças na civilização

Comparar o momento civilizatório que vivemos com outros períodos demanda o estabelecimento de alguns pontos de referência. Tomando o trabalho e o modo de produção como parâmetro, alguns autores diferenciam a história da humanidade em três grandes períodos, baseando-se em duas circunstâncias: fator principal de produção e características da produção. Na formulação a seguir, baseamo-nos na análise de Richard Oliver (1999).

Num primeiro longo momento da humanidade, que perdurou até meados do século XVIII, o trabalho produtivo prioritário dos homens para a sustentação da vida baseou-se na agricultura. Operando sobre a terra e sob a lógica dos ciclos da natureza (dia e noite; primavera, verão etc.), os homens plantavam e colhiam os alimentos que sustentavam a todos, sem necessitar de instrumentos sofisticados ou de alta tecnologia. Desse modo, logo que era iniciado no trabalho agrário, um jovem rapidamente dominava o modo de realizá-lo. Nesse período, possuir grande quantidade de terra era um indicador fundamental de riqueza e de poder de uns homens sobre os outros.

O segundo momento da humanidade em relação ao modo de produção inicia-se a partir da Revolução Industrial, cujo marco inicial foi a máquina a vapor dos irmãos Watt, na segunda metade do século XVIII, e que teve desenvolvimento surpreendente a partir do século XIX, com o descobrimento das leis da eletricidade. O trabalho industrial liberta-se das leis cíclicas da natureza e passa a depender do tempo linear do relógio. Dia e noite são igualmente tempo de trabalho. Por outro lado, o domínio das máquinas demanda maior tempo de aprendizagem por parte do trabalhador, assim como reciclagens constantes para acompanhar as transformações que ocorrem regularmente na sua constituição e tecnologia. A lógica da produção em série fragmenta as várias fases de construção de um produto, fazendo cada trabalhador tornar-se mais e mais especializado, muitas vezes sem dominar ou mesmo conhecer todo o ciclo de produção. O capital, assim como o lucro gerado a partir da mais valia obtida com a compra do trabalho dos operários, é o fator principal da produção.

O terceiro momento da humanidade relativo ao modo de produção inicia-se na segunda metade do século XX, baseado, sobretudo, nas mudanças profundas e constantes que ocorrem na tecnologia e nos meios de comunicação. As informações acumulam-se e modificam-se de maneira rápida e constante, exigindo do trabalhador reciclagem contínua e domínio tanto de conhecimentos específicos quanto gerais. Tendo em vista a facilidade de comunicação, outra característica desse modo de produção que começa a se delinear é a de que, em muitos casos, o local de trabalho não necessita ser o mesmo para todos os empregados de uma empresa.

A tabela a seguir, baseada em Oliver e outras fontes, sintetiza esses três períodos da humanidade em relação ao modo de produção dominante.



Neste tópico e no seguinte, valemo-nos principalmente de um texto que escrevemos em parceria para o CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. Consultar: PENIN, Sonia Teresinha de Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I. Coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED, 2001.

Período	Fator principal de produção	Características da produção
Era agrária Até 1770	terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção cíclica</li> <li>• Tempo natural</li> <li>• Pouca reciclagem</li> </ul>
Era industrial 1771: máquina a vapor (irmãos Watt) 1825: máquinas elétricas Faraday/ Von Siemens	capital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção em série</li> <li>• Tempo linear</li> <li>• Reciclagem e especialização</li> </ul>
Era da informação/comunicação 1955: main frames 1972: microprocessador	conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de informações (rede)</li> <li>• Tempo livre</li> <li>• Reciclagem contínua</li> </ul>

**Tabela 1** Fases da humanidade conforme o modo de produção / Fonte: CEPAL.

É importante assinalar que o aspecto dominante de um modo de produção em um determinado período não acaba com os modos de produção antecedentes, mas passa a influenciá-los. Assim, a agricultura e a indústria continuam a existir, mas têm sua tecnologia influenciada pela tecnologia da informação e pelos meios de comunicação, hoje dominantes. De fato, atualmente, assistimos a mudanças profundas que ocorrem na sociedade, e mesmo na vida privada das pessoas, a partir dos avanços dessa nova tecnologia e dos novos meios de comunicação.

Por um lado, verificamos que os conhecimentos sistematizados não estão mais reunidos unicamente nas bibliotecas e que tampouco o acesso a eles se dá apenas nas salas de aula. Graças aos avanços tecnológicos do mundo contemporâneo, o conhecimento circula em complexas redes de informação, sendo veiculado não apenas pelos meios tradicionais de comunicação (rádio, jornais, revistas, televisão etc.), mas também pelo computador e, sobretudo, pela internet.

Pensar a escola e sua função social nesse novo contexto significa pensar também em sua relação com esses equipamentos e meios de comunicação. Ainda que em muitos lugares esses equipamentos não estejam disponíveis no local de trabalho, é necessário que os profissionais da educação estejam cientes de que, hoje, a relação das pessoas com o saber sistematizado passa por muitas outras alternativas e fontes de conhecimento além da escola.

Por outro lado, a criação de novos conhecimentos nunca foi tão acelerada, provocando a necessidade de rever continuamente o já sabido, reorganizando em novas bases todo o saber acumulado. Não acompanhar esse movimento passa a representar uma desvantagem para as pessoas e para os setores em que elas atuam.



Essas características relacionadas ao saber – **velocidade de criação/renovação, acesso múltiplo e contínua exigência por atualização** – levaram alguns autores a nomear o atual momento civilizatório não apenas como era da informação, mas como **sociedade do conhecimento**.

Uma sociedade do conhecimento clama por uma nova escola, por um novo jeito de ensinar e de aprender. De um jovem, essa sociedade cobrará não somente um diploma ou o mero domínio dos equipamentos modernos e de algumas tecnologias, mas a excelência do seu conhecimento. Dominar o uso de equipamentos e das novas tecnologias é necessário, mas não suficiente. Nessa direção, afirma Pierre Lévy:

Não se trata aqui apenas de usar a qualquer preço as tecnologias, mas acompanhar conscientemente e deliberadamente uma mudança de civilização que recoloca profundamente em causa as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educativos tradicionais e notadamente os papéis de professor e aluno (LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 172)

A Unesco desenvolveu e publicou em 2009 um Projeto de **Padrões de Competência em TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação – para professores** com o objetivo de melhorar a prática dos docentes em todas as áreas de trabalho, combinando habilidades em TIC com inovações em Pedagogia e organização escolar.

O referido projeto situa-se em um amplo contexto político de reforma educacional e desenvolvimento sustentável. A educação é entendida como função central de qualquer nação ou comunidade e abrange diversos fins e metas, entre os quais se incluem:

- Conhecer valores-chave e transmitir o legado cultural;
- Apoiar o desenvolvimento pessoal de jovens e de adultos;
- Promover a democracia e a participação crescente na sociedade – principalmente das mulheres e das minorias;
- Incentivar o entendimento intercultural e a solução pacífica de conflitos;
- Proporcionar meios que possibilitem a melhoria da saúde e da qualidade de vida;
- Dar suporte ao desenvolvimento econômico para redução da pobreza e incremento da equitativa distribuição de riqueza.

Os padrões e recursos nesse projeto apresentam diretrizes específicas para o planejamento de programas educacionais e o treinamento de professores para o desempenho de seu papel na formação de alunos com habilidades em tecnologia.

Essas metas e as questões inerentes têm o propósito de provocar em nós mesmos e nos os profissionais de cada escola uma reflexão a respeito do que se passa no atual momento civilizatório e do quanto estamos – professores, alunos e comunidade do entorno – cientes dos aspectos centrais das mudanças profundas estão ocorrendo e do quanto estamos integrados a eles. Vejamos como algumas dessas mudanças chegam ao mundo escolar.



Você pode consultar o documento [Padrões de Competência em TIC para Professores](#).

## TÓPICO 2 Influências das mudanças mundiais no ensino e nas escolas

Caro supervisor, independente do nível de capacitação em TIC em que você se encontra, é possível que tenha consciência de que há ainda muito a dominar para se tornar contemporâneo do tempo presente. Sem dúvida, para uma grande parte das pessoas, existe um fosso entre a competência possível e a realidade vivida. Num país tão desigual como o nosso, tanto no aspecto regional quanto no social e cultural, ainda é muito reduzida a possibilidade de que uma parcela significativa da população acompanhe todas essas mudanças da civilização. Que papel cabe à escola em um contexto como esse? Aqui é interessante lembrar o que diz Emília Ferreiro, ao discutir “A revolução da informática e os processos de leitura/escrita”:

A escola, sempre depositária de mudanças que ocorrem fora de suas fronteiras, deve pelo menos tomar consciência da defasagem entre o que ensina e o que

se precisa fora de suas fronteiras. Não é possível que continue privilegiando a cópia – ofício de monges medievais – como protótipo de escrita, na época da xerox e Cia. (**Pátio** – Revista Pedagógica, Ano 3, nº9, maio/junho 1999, p. 62)

Refletindo a respeito da afirmação de Pierre Lévy que trouxemos no tópico anterior, relativa às consequências da mudança de civilização, é grave o aumento diário da dependência dos países, dos governos, das empresas e dos indivíduos em relação ao conhecimento. Se a ciência sempre gerou novos campos e domínios do saber, hoje a tecnologia tem multiplicado as suas aplicações, e a informática também tem potencializado a divulgação rápida do conhecimento elaborado. Nessa direção, até o Papa João Paulo II assim se pronunciou na encíclica **Centesimus Annus**, de 1991: “Se antes a terra e depois o capital eram os fatores decisivos da produção (...) hoje o fator decisivo é, cada vez mais, o homem em si, ou seja, seu conhecimento”.

Há um aspecto que pode ser considerado positivo, quando se percebe que hoje, mais até que os bens materiais, o conhecimento é entendido como um valor especial. Se, no passado, a grande maioria dos pais queria principalmente deixar terras, patrimônio e riquezas materiais como herança, atualmente muitos percebem que o melhor a oferecer aos filhos é propiciar conhecimento, através de uma boa formação geral e de maneiras de continuar adquirindo mais conhecimento, num processo de educação permanente.

Em meio às incertezas que o atual momento tende a despertar, a maioria dos autores parece estar de acordo em um ponto: a importância do conhecimento para todos os indivíduos, sobretudo o jovem, para enfrentar o presente e o futuro.

Essa nova relação das pessoas com o conhecimento traz duas consequências para a escola brasileira. Uma reforça a importância da escola e de sua função social neste momento, já que ela ainda é a porta de entrada da maior parte da população para o mundo do conhecimento. Vivemos um período em que a informação está, a um só tempo, disponível como nunca esteve e, contraditoriamente, inacessível a grandes parcelas da nossa população. Manuel Castells e outros autores que têm estudado esta era da informação observam que a globalização marginaliza povos e países que têm sido excluídos das redes de informação. Há uma tendência de concentração de produção, nas economias avançadas, entre as pessoas instruídas de 25 a 40 anos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), apenas 5% da população está inserida no mundo digital. A internet está criando um abismo entre os mais ricos e os mais pobres. (Cf: Manuel Castells, 2000).

A outra consequência, aliada à perspectiva democratizante que já consideramos, é a necessidade de a escola repensar profundamente a respeito de sua organização, sua gestão, sua maneira de definir os tempos, os espaços, os meios e as formas de ensinar – ou seja, o seu “jeito de fazer escola”. Temos de repensar em profundidade a função social da escola na atualidade, sobretudo a escola pública, que atende à maioria da população mais pobre da sociedade brasileira. Ainda não fizemos na educação a revolução que urge: ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa e social e culturalmente diversificada.

Com o objetivo de estimular a discussão no âmbito da escola, as questões aqui aventadas podem ajudar a comparar o entendimento construído até o momento em relação às mudanças da civilização atual vis-à-vis da proposta curricular da escola.

## TÓPICO 3 História de propostas curriculares para a Educação Básica

Para a escola pública, a reflexão sobre a tecnologia representa uma oportunidade para reconhecer que as mudanças necessárias no sistema educacional são urgentes e demandam um esforço coletivo de todos os que fazem educação (profissionais, governos e sindicatos) e também da sociedade de modo geral. É fundamental o entendimento dessas mudanças por parte dos profissionais da educação, assim como dos modos de sua introdução na escola, visto que, sem o seu protagonismo, as mudanças propostas têm pouca chance de ocorrer.

O trabalho coletivo pode ser encurtado, ou pelo menos facilitado, se dispusermos da gama de propostas já registradas na literatura educacional a respeito do assunto. Veremos assim que a concepção das novas atribuições da educação na atualidade tem sido bastante debatida. Registramos no tópico 1 deste Tema a recente proposta da Unesco – órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, relativa ao **Projeto de Padrões de Competência em Tecnologia da Informação e Comunicação** (TIC), apresentada em 2009. Mas, já nos anos 90 do século passado, a Unesco instituiu a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, que veio a produzir um relatório onde a educação é concebida a partir de princípios que constituem os quatro pilares da educação, hoje reproduzidos em vários documentos e que aqui retomamos: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.



**Aprender a conhecer** significa não tanto a aquisição de um vasto repertório de saberes, mas o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Supõe aprender a aprender, exercitando os processos e habilidades cognitivas: a atenção, a memória e o pensamento mais complexo (comparação, análise, argumentação, avaliação, crítica).

**Aprender a fazer** exprime a aquisição não somente de uma qualificação profissional, mas de competências que tornem a pessoa apta a enfrentar variadas situações e a trabalhar em equipe. Aprender a fazer envolve, assim, o âmbito das diferentes experiências sociais e de trabalho.

**Aprender a conviver** significa tanto a direção da descoberta progressiva do outro e da interdependência quanto a participação em projetos comuns.

**Aprender a ser** quer dizer contribuir para o desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, capacidade para comunicar-se, espiritualidade. Significa também a pessoa aprender a elaborar pensamentos autônomos e críticos, e a formular seus próprios juízos de valor, não negligenciando nenhuma de suas potencialidades individuais.

A educação assim concebida indica uma função da escola voltada para a realização plena do ser humano, alcançada através da convivência e da ação concreta, qualificadas pelo conhecimento. Histórica e atualmente, as escolas preocupam-se mais em desenvolver as duas primeiras aprendizagens (aprender a conhecer e aprender a fazer). Aprender a conviver e aprender a ser necessitam de ações mais efetivas por parte da escola, apesar de essas aprendizagens geralmente constarem das finalidades dos currículos prescritos.



Princípios semelhantes a estes, até mais aprofundados e/ou mais adequadamente voltados à realidade brasileira, estão inscritos em nossa legislação educacional e em propostas que os diferentes sistemas educacionais produziram nas duas últimas décadas, inclusive a atual Proposta curricular da SEESP.

Persiste a importância de que, sobre esses elementos de sustentação ou pilares, seja construída a escola por quem a vive, ou ainda, que a construção, de fato realizada por quem a vive seja por eles assumida. Essa construção demanda uma travessia que geralmente vai da passagem do âmbito dos princípios para o de um projeto pedagógico e deste para as práticas e ações dos educadores. Essa travessia pressupõe uma reflexão de todos os envolvidos sobre todas as decisões que dão forma a uma escola: desde as relativas ao currículo, passando pelas relacionadas à aula e às metodologias, até as que se referem à gestão escolar.



Tendo em vista as profundas mudanças que ocorrem no âmbito da civilização, lembradas nesta unidade, e entendendo o currículo como uma trajetória de formação dos alunos, deve ser dado cuidado especial à definição dos conteúdos escolares. Eles constituem uma peça importante para ser colocada sobre os pilares de sustentação acima descritos. Acreditando que nenhum currículo pode fixar-se por muito tempo, há que se repensar de maneira constante a respeito da sua contemporaneidade, ou seja, sua atualidade e sua adequação ao que está acontecendo no mundo real. Os alunos precisam de conhecimentos que lhes sirvam para melhor entender a sociedade global e melhor conviver e agir em sua comunidade e no seu trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, divididas em três documentos – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – são um ponto de partida para o debate. Essas Diretrizes, discutidas e votadas no Conselho Nacional de Educação para cumprir o que está disposto no artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), norteiam os currículos e conteúdos mínimos a serem propostos em todas as escolas, de modo a garantir uma formação básica comum a todos os brasileiros. Mas, em termos de conhecimentos, há muito mais o que discutir e decidir em nível de cada escola, além do que está posto nas Diretrizes Nacionais, para atender as especificidades de sua clientela, de sua localidade, de seus profissionais e das suas condições de trabalho.

Depende significativamente da ação do gestor escolar a boa condução do debate a respeito da definição dos conteúdos escolares e de todas as demais questões relativas à trajetória de formação dos alunos.

Nesse sentido, podemos acrescentar aos pilares colocados pela ONU, mais os seguintes, para os **gestores**:

- Aprender a **conhecer o mundo contemporâneo** e relacioná-lo com as demandas de cada escola (sua clientela – seus sonhos, suas necessidades, seus direitos – seus profissionais, sua vizinhança, suas condições etc.);
- Aprender a **planejar e fazer** (construir, realizar) a escola que se quer (seu projeto pedagógico);
- Aprender a **conviver** com várias e diferentes pessoas, definindo e compartilhando com elas um projeto de escola;
- Aprender a utilizar, sem medo, as próprias **potencialidades de crescimento e de formação contínua**.

Neste tema 2, tivemos o propósito de ressaltar a profundidade das mudanças que se processam no momento histórico que vivemos e a perspectiva de que, no futuro próximo, tais mudanças serão ainda mais profundas e aceleradas.

Também procuramos mostrar que a escola, que pouco mudou desde o seu aparecimento há aproximadamente 200 anos, de alguma forma sofre e atua sobre essas mudanças relativas a essa nova fase da humanidade. Entender a lógica das mudanças e a centralidade do conhecimento e da comunicação nesse processo é demanda direta para os gestores escolares se aprimorarem para o exercício de liderança com o objetivo de transformar sua escola em polo de referência dessa nova era para os seus alunos e para a comunidade



Agora que terminamos a leitura do Tema 2, vamos acessar a **Aulaweb** para revisar e aprofundar nossos conhecimentos por meio de leituras complementares, vídeos, exercícios, autotestes, entre outros.

## Referências bibliográficas

- BRASIL/MEC/SEF. Tecnologias da comunicação e informação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais (5ª parte). Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 133-157.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. A África na era da Internet. **Folha de São Paulo**, 20 ago. 2000, Caderno Mais.
- FERREIRO, Emília. A revolução da informática e os processos de leitura/escrita. **Pátio – Revista Pedagógica**, Ano 3, nº9, maio/jun. 1999.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). **Carta encíclica Centesimus Annus**: aos veneráveis Irmãos no Episcopado, ao Clero, às Famílias religiosas, aos Fiéis da Igreja Católica, e a todos os Homens de Boa Vontade no centenário da Rerum Novarum. Vaticano: 1991. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html)>. Acesso em 08 set. 2010.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- OLIVER, Richard W. **Como serão as coisas no futuro?** São Paulo: Negócios Editora, 1999.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. **Progestão**: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I. Coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED, 2001.
- GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (orgs). **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.
- PUREZA, José Manuel e FERREIRA, Antonio Casimiro (orgs). **A teia global**: movimentos sociais e instituições. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- ZABALA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.